

Bolsonaro, fascismo e neofascismo

Demian Melo¹

Resumo: Bolsonaro é um fascista? O propósito desse trabalho é fomentar tal debate a partir de considerações sobre a historiografia do fascismo e a teoria marxista a esse respeito, pensando nas principais características do que podemos chamar de *bolsonarismo*.

Palavras-chave: Bolsonaro, fascismo, ditadura militar

Abstract: Is Bolsonaro a fascist? The purpose of this work is to foster such a debate from considerations on the historiography of fascism and Marxist theory in this regard, thinking about the main characteristics of what we can call Bolsonarism.

Keywords: Bolsonaro, fascism, military dictatorship

Numa entrevista deste ano para a BBC, o grande especialista italiano do fascismo Emilio Gentile afirmou que considera um equívoco tratar figuras políticas de extrema-direita como Donald Trump e Jair Bolsonaro como “fascistas”. Na entrevista afirmou categoricamente que não há possibilidade de regimes fascistas no contexto atual tendo o conceito valor heurístico apenas para tratar dos fenômenos políticos do período do entreguerras.² Teme, todavia, que “a democracia vire repressão com apoio popular”.

Também prudente, o historiador Enzo Traverso sugere que o conceito de fascismo é inadequado para entender essa emergência atual das direitas radicais na Europa, e mesmo para compreender o fenômeno Trump.³ Em seu lugar, propõe a noção de pós-fascismo como a de maior capacidade heurística. Com esse termo ele pretende dar conta de um “fenômeno transitório, em mutação, que ainda não está cristalizado”.⁴ Diferentemente do neofascismo, representado por movimentos e partidos políticos que “reivindicam abertamente uma continuidade ideológica com relação ao fascismo

¹ Universidade Federal Fluminense.

² 100 anos do fascismo: ‘O perigo atual é que a democracia vire repressão com apoio popular’, diz historiador. *BBC News Mundo*, 24 de março de 2019. Disponível em <https://bbc.in/2FHeKP0>

³ TRAVERSO, Enzo. Espectros del fascismo. Pensar las derechas radicales en el siglo XXI. *Herriamenta*, Buenos Aires, n. 58, outono de 2016. Disponível em <https://bit.ly/2FLfhRg> Em outro lugar, eu e Alvaro Bianchi criticamos os que consideram Trump fascista. BIANCHI, Alvaro; MELO, Demian. Donald Trump é fascista? In. ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas (SP): Ed. Unicamp, 2018, p.67-86.

⁴ TRAVERSO, Enzo. Las nuevas caras de la derecha. Conversaciones con Régis Meyran. Buenos Aires: Siglo XXI, 2017, p. 12.

histórico”, as novas correntes pós-fascistas “não reivindicam mais esta filiação, distinguindo-se claramente dos neofascismos”.⁵ E embora partilhe alguns traços com o fascismo clássico, estes novos movimentos não representam no plano ideológico e político uma mera continuidade. Trata-se, assim, de valorizar a especificidade histórica do novo fenômeno: “O que caracteriza o pós-fascismo é um regime de historicidade particular – o início do século XXI – que explica seu conteúdo ideológico flutuante, instável, frequentemente contraditório, no qual se combinam filosofias políticas antinômicas”.⁶

Entretanto, o mesmo Traverso considera salutar recorrer ao método comparativo, traçando paralelos entre o fascismo histórico e a constelação de extrema-direita que tem emergido em todo o mundo. Pois, como ensinou o historiador francês Marc Bloch, o comparativismo histórico pretende capturar analogias e diferenças entre as épocas, mais do que homologias ou repetições. Deste modo, embora possamos chegar a concluir que alguns dos fenômenos mais perturbadores do século XXI não possam ser caracterizados como propriamente fascistas, compará-los às características do fascismo histórico pode ser produtivo.

O propósito deste trabalho é, tomando posição sobre certas questões da historiografia sobre o fascismo, buscar compreender a natureza do bolsonarismo, particularmente como movimento político.

1. Sobre o estado da arte da historiografia do fascismo

A historiografia acadêmica sobre o fascismo hoje é dominada pela perspectiva liberal. Em que pese o fato de que os marxistas contemporâneos ao fenômeno, como Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti, Clara Zektin e Leon Trotsky terem produzido as mais argutas análises sobre o fenômeno, no campo acadêmico a obra desses autores é notavelmente ignorada, ainda que em muitos casos suas análises tenham adiantado problemas de pesquisa explorados posteriormente pela historiografia.⁷ É só pensarmos no teor de obras de autores como Stanley Payne, Emilio Gentile, Zeev Sternhell e Roger

⁵ Idem, p. 13.

⁶ Idem, p. 13-14.

⁷ Em outro lugar, discuti como Gramsci e Togliatti adiantaram, por exemplo, a importância da construção do consenso durante o regime fascista, questão que seria explorada posteriormente pela historiografia acadêmica, principalmente a partir de um dos volumes da biografia de Benito Mussolini escrita por Renzo De Felice. MELO, Demian Bezerra de. Antonio Gramsci, Palmiro Togliatti e o consenso sob o fascismo. *Outubro*, São Paulo, v.26, pp.113-144, 2016. Para uma consideração mais abrangente da contribuição marxista na análise do fascismo, cf. RENTON, Dave. *Fascism – Theory and Practice*. Londres: Pluto Press, 1999.

Griffin, certamente os mais influentes historiadores do fascismo.⁸ Mesmo o historiador israelense Zeev Sternhell, que buscou a origem ideológica do fascismo no movimento revisionista antimaterialista impulsionado por autores como George Sorel não estabeleceu nenhum tipo de diálogo com a elaboração dos teóricos marxistas contemporâneos do fascismo histórico.⁹

Não obstante a importância da pesquisa realizada por esse conjunto de autores, boa parte deles compartilham do paradigma do totalitarismo (eminentemente liberal), o que os leva a considerar o fascismo como um fenômeno “revolucionário”, dando um conteúdo ao conceito de revolução que, como assinalou Paxton, é bastante distinto daquilo que historicamente se considerou: “Se o fascismo era ‘revolucionário’, ele o era num sentido especial, bem distante da acepção que se costuma dar a essa palavra entre 1789 e 1917, de uma profunda subversão da ordem social e da redistribuição do poder social, político e econômico.”¹⁰ Vejamos onde essa ideia se apresenta em tal historiografia.

Stanley Payne, por exemplo, partiu das considerações do politólogo espanhol Juan Linz para criticar a historiografia que considerou o franquismo uma experiência fascista. Ora, a própria teoria de Linz é caudatária do paradigma totalitarista, pois pretende completar a teoria assinalando a existência de formas de regime político que não se enquadram nem como democracias liberais nem como ditaduras totalitárias, sendo o conceito de autoritarismo cunhado para enquadrar os regimes como o salazarismo e o franquismo. Entre as características que sugere distinguir o autoritarismo e o fascismo estaria a suposta natureza revolucionária deste último, algo em geral associada à natureza mobilizadora e a ideologia calcada na ideia de criação de um “homem novo”, presentes tanto no fascismo italiano quanto no nazismo alemão e ausentes no salazarismo e no franquismo, mais conservadores. Sobre a relação com o conservadorismo, Payne considera necessário distinguir o fascismo da direita radical e do conservadorismo, embora reconheça que os fascistas só puderam triunfar com o apoio das elites políticas conservadoras tradicionais.¹¹ Por fim, como grande comparativista do fascismo, Payne buscou uma síntese do fenômeno nos seguintes

⁸ TRAVERSO, Enzo. Interpretar el fascismo. Notassobre George L. Mosse, ZeevSterhell y Emilio Gentile. *Ayer*, Madrid, n.60, p.227-258, 2005.

⁹ Cf. ZTERNHELL, Zeev; SZNEJDER, Mario; ASHERI, Maia. *The Birth of Fascist Ideology*. From cultural rebellion to political revolution. Princeton: Princeton University Press, 1991.

¹⁰ PAXTON, Robert O. *A anatomia do fascismo*. São Paulo: Paz e Terra, 2007, p. 235.

¹¹ PAYNE, Stanley G. *History of Fascism, 1914-1945*. Londres: Routledge, 1995. Sobre a natureza liberal da obra de Payne, cf. CUEVAS, Pedro González Carlos. Derechas y fascismo en la obra de Stanley G. Payne. *La Albolafia: revista de Humanidades y Cultura*, Madrid, n.11, pp.63-77, 2017.

termos: “uma forma de ultranacionalismo revolucionário que se baseia numa filosofia primariamente vitalista, que se estrutura na mobilização de massas, no elitismo extremado e no *Führerprinzip* [princípio da infalibilidade da liderança], que dá um valor positivo à violência e tende a considerar normais a guerra e/ou as virtudes militares.”¹²

O culturalista Roger Griffin, em seu conceito de fascismo genérico, procurou superar definições como a desenvolvida por Ernst Nolte (que caracteriza o fascismo a partir de suas negações: anticomunista, antiliberal, anticonservador),¹³ buscando os elementos afirmativos (positivos) do mesmo. Griffin chega seguinte síntese: “O Fascismo é um gênero de ideologia política cujo mito central, em suas várias permutações, é uma forma palingenética de populismo ultranacionalista”.¹⁴

O trabalho de Roger Griffin concentra-se na ideologia fascista, no que polemiza com forte tendência acadêmica que considerou o fascismo simplesmente como um amálgama oportunista de várias ideologias (Bobbio, por exemplo). Nesse sentido, Griffin dá continuidade à perspectiva de historiadores como Zeev Sternhell, George L. Mosse e Stanley Payne, que valorizaram esse aspecto, e dessa problemática chega ao que se chamou de mínimo fascista formado ideologicamente por um nacionalismo radical calcado num mito de um novo começo, ou renascimento, capaz de galvanizar apoio social em períodos de crise e percepção generalizada de uma decadência. No verbete que escreveu para o *Dicionário do pensamento social do século XX*, Griffin reescreve sua definição com as seguintes palavras:

“Usado de maneira genérica, fascismo é uma palavra que designa um gênero singularmente multiforme de política moderna, inspirado pela convicção de que um processo de renascimento nacional (palingênese) se tornou essencial para pôr fim a um prolongado período de decadência social e cultural, e expressando-se ideologicamente em uma forma revolucionária de nacionalismo integral (ultranacionalismo).”¹⁵

¹² PAYNE, *History of Fascism*, op. cit., p.14.

¹³ Cf. NOLTE, Ernst. O fascismo como fenômeno metapolítico. In. MARTINS RODRIGUES, Antonio Edmilson (org.). *Fascismo*. (Coleção Leituras). Rio de Janeiro: Eldorado, 1974, p.115-150.

¹⁴ “Fascism is a genus of political ideology whose mythic core in its various permutations is a palingenetic form of populist ultranationalism”. GRIFFIN, Roger. *The Nature of Fascism*. Londres: Routledge, 1991, p.52.

¹⁵ GRIFFIN, Roger. Fascismo (Verbetes). In. OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996, p.300.

A mobilização fascista parte ideologicamente da noção de que a sociedade passa por um período de decadência e de que seria necessário uma ação enérgica que possa representar um novo começo ou renascimento.

No entanto, Griffin admite que as noções de regeneração ou novo começo não são exclusividade do fascismo, e em certo sentido esse é um ponto problemático de sua proposição. Afinal, tenta resolver a questão apelando para a ideia de que o fascismo seria uma ideologia secular orientada para o futuro, caindo numa espécie de beco sem saída, já esta seria uma característica comum a todas as ideologias do progresso que constituíram a modernidade. Qual a diferença haveria então em relação ao liberalismo, ou mesmo às experiências socialistas do século XX?

Considerar o fascismo como um fenômeno político revolucionário nos parece um ponto bastante problemático dessa historiografia liberal, pois acaba fazendo aquilo que o historiador português Manuel Loff chamou de “anatemização” do conceito de revolução.¹⁶ É também algo sugerido no próprio conceito de totalitarismo, pois como afirmou Arno Mayer cria uma zona de indistinção entre os conceitos de *revolução* e *contrarrevolução*. “Em seu plano monocromático, os revolucionários e contrarrevolucionários tornaram-se totalitários empenhados em submeter primeiramente o seu próprio país, e em seguida o mundo, a um sistema de permanente opressão, exploração e desumanização.”¹⁷

2. Liberalismo e fascismo, neoliberalismo e neofascismo

O fascismo se afirmou como fenômeno político contrarrevolucionário no contexto da crise do liberalismo. Assim como o anticomunismo, o antiliberalismo é uma de suas características ideológicas importantes, enquanto o elemento anticonservador (assinalado por autores como Nolte e Payne) não parece muito claro. De qualquer modo, a colaboração que as elites políticas tradicionais, liberais e conservadoras tiveram com a ascensão dos regimes fascistas na Itália na década de 1920 e na Alemanha nos anos 1930 é um fato histórico comprovado. Na Itália, mesmo Benedetto Croce, que logo se tornaria opositor do regime fascista, deu vivas a formação do gabinete chefiado por Mussolini em outubro de 1922.

¹⁶ LOFF, Manuel.

¹⁷ MAYER, Arno. *A dinâmica da contra-revolução na Europa (1870-1956)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.30.

Em alguns casos, como do outro filósofo idealista Giovanni Gentile, houve uma conversão do liberalismo ao fascismo, tendo sido Gentile um dos principais ideólogos do fascismo. Na Alemanha, o conservadorismo preferiu apostar em Hitler como forma de deter o avanço eleitoral dos comunistas, e isso sem falar do papel que os capitalistas italianos e alemães tiveram no apoio aos respectivos regimes fascistas. Por fim, mesmo fora do ambiente desses dois países, na década de 1930 importantes representantes do liberalismo político teceram elogios ao regime do Terceiro Reich, como foi o caso mais escandaloso de David Lloyd George, um quadro do Partido Liberal britânico que não só se opôs à qualquer medida hostil da Inglaterra em relação à Hitler, como teceu elogios ao regime nazista.

Até mesmo Ludwig von Mises, que mais tarde se tornaria um dos principais ideólogos do chamado neoliberalismo reconheceu o caráter “civilizatório” do fascismo em uma importante seção do seu livro *Liberalismo segundo a tradição clássica*, de 1927, quando escreveu as seguintes palavras:

“Não se pode negar que o fascismo e movimentos semelhantes, visando ao estabelecimento de ditaduras, estejam cheios das melhores intenções e que sua intervenção, até o momento, salvou a civilização européia. O mérito que, por isso, o fascismo obteve para si estará inscrito na história. Porém, embora sua política tenha propiciado salvação momentânea, não é do tipo que possa prometer sucesso continuado. O fascismo constitui um expediente de emergência. Encará-lo como algo mais seria um erro fatal.”¹⁸

Por fim, no que se refere à relação entre os princípios do liberalismo econômico e os regimes fascistas, é preciso lembrar que em seu primeiro gabinete, Mussolini colocou na Fazenda o intransigente livre-cambista Alberto De Stefani (1879-1969), membro, aliás, do próprio Partido Nacional Fascista, que até 1925 deu uma orientação liberal à economia do regime enquanto esse mesmo era fechado. Como esclarece o historiador Donald Sassoon:

“De Stefani reduziu impostos, aboliu isenções fiscais que beneficiavam contribuintes de baixa renda, facilitou as transações com ações e a evasão fiscal reintroduzindo o anonimato (abolido por Giolitti), eliminou a regulamentação dos aluguéis, privatizou os seguros de vida (introduzidos por Giolitti) e transferiu a gestão do sistema de telefonia para o setor privado.”¹⁹

¹⁸ VON MISES, Ludwig. *Liberalismo: segundo a tradição clássica*. Rio de Janeiro: José Olympio/ Instituto Liberal, 1987 [1927], p.53.

¹⁹ SASSOON, Donald. *Mussolini e a ascensão do fascismo*. São Paulo: Agir, 2009, p.120.

Em 1923, numa importante intervenção no âmbito da Internacional Comunista, Clara Zektin chamaria atenção para o mesmo ponto quando escreveu as seguintes linhas:

“as empresas públicas estão sendo entregues para administradores privados, e isto já foi feito em parte. A manufatura de fósforos, antes um monopólio estatal, acabou nas mãos de investidores privados. O mesmo ocorreu com o serviço de entregas postais, a indústria telefônica, o serviço de rádio e telégrafo, assim como com as ferrovias. Mussolini afirmou que os fascistas são "liberais no sentido clássico da palavra”.²⁰

Entretanto, os regimes fascistas acabaram se notabilizando por uma política econômica bastante distinta da ortodoxia liberal, incorporando noções como a de planejamento econômico, ideias associadas às elaborações keynesianas como, de resto, foi uma tendência geral dos países capitalistas após a eclosão da crise de 1929. Na própria Itália, após alguns anos de livre-cambismo, após 1925 tal tendência seria abandonada. No caso alemão, tendo Hitler chegado ao poder em 1933 não houve qualquer ambiguidade em relação à rejeição do liberalismo econômico.

3. O neofascismo, pós-fascismo e o bolsonarismo

O discurso bolsonarista apresenta características ideológicas que podem situá-lo no campo do fascismo, se tomarmos, por exemplo, a definição genérica de Griffin. É possível encontrar nele um discurso que, diante de uma crise da profundidade como a atual, promete um “processo de renascimento nacional (palingênese)”. Enquanto, por exemplo, no fascismo histórico Mussolini apelava para a regeneração da glória do Império Romano, e o hitlerismo cultuava um mítico passado do povo alemão, Bolsonaro transforma em mito o período da ditadura militar brasileira, desde o princípio negado o próprio caráter ditatorial daquele regime político.

Há, todavia, aqueles elementos que ultrapassam as definições de Payne e Griffin e que constituem o fascismo, especialmente o anticomunismo alimentado a partir de paranoias conspiratórias. Bolsonaro é um fascista. Não é só alguém com uma personalidade fascista, com um comportamento fascista. É alguém que professa uma **ideologia** fascista: xenófoba, preconceituosa, machista e militarista. Além disso, Bolsonaro engendra um **movimento** baseado numa **mobilização** que interpela setores médios e setores subalternos movidos por um grande ressentimento social. Não foi o candidato de uma direita tradicional, sendo também um **personagem**

²⁰ ZEKTIN, Clara. *Fighting Fascism: how to struggle and how to win*. Chicago: Haymarket Books, 2017, p.32.

carismático catalizador de um **partido de massas**, estruturado em torno da sua candidatura que catalisou todo o universo da extrema-direita brasileira, do separatismo sulista ao monarquismo, dos grupos neonazis, de amplas faixas do aparelho de repressão do Estado (das polícias militares à parcelas da Forças Armadas), do fundamentalismo religioso e do mercado. Não é só um maluco, mas está dando vida a uma das características fundamentais do fascismo como movimento que é a existência de um partido. Seu governo parece bastante comprometido em continuar a mobilização de massas.

Só que seria necessário pensar a natureza da ideologia nacionalista presente no bolsonarismo. Como é típico dos fascismos no mundo da periferia do capitalismo, ainda que consideremos a posição subalterna do Brasil na cadeia de países imperialistas, o bolsonarismo pronuncia-se em favor das posições do imperialismo americano. Assim, ao mesmo tempo em que o governo Bolsonaro cede as mais antigas pretensões do imperialismo estadunidense no Brasil, como a concessão da base militar de Alcântara, no Maranhão, ou a abertura do mercado brasileira à competição do capitalismo norte-americano, clama para que os cidadãos cantem o hino nacional uma vez por semana, ao mesmo tempo em que trata todo tipo de oposição como supostamente desleal para com a “nação”.

Deve-se considerar sua prática a luz do que, numa nota do Caderno 13 dedicada às relações internacionais, Antonio Gramsci diz: “Quanto mais a vida econômica imediata de uma nação se subordina às relações internacionais, tanto mais um determinado partido representa esta situação e a explora para impedir o predomínio dos partidos adversários”, o que pressupõe que o imperialismo como sistema só pode se reproduzir se contar com o apoio das classes dominantes dos países subalternos, que determinadas forças políticas são formadas simplesmente para tal desígnio, ainda que possam proferir bonitas palavras em defesa da pátria. Assim, continua Gramsci, “com freqüência, o chamado “partido do estrangeiro” não é propriamente aquele que é habitualmente apontado como tal, mas precisamente o partido mais nacionalista, que, na realidade, mais do que representar as forças vitais do próprio país, representa sua subordinação e servidão econômica às nações ou a um grupo de nações hegemônicas”.²¹

Esse foi também o caso da ditadura militar brasileira cultuada por Bolsonaro, especialmente no período do governo Castelo Branco, quando o adido militar

²¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.20.

americano, coronel Vernon Walters recebia todos os dias confidências do chefe do poder Executivo e repassava as informações ao Departamento de Estado. O grau de subordinação gerou certo vexame quando o então embaixador do Brasil em Washington, o baiano Juracy Magalhães pronunciou célebre e lamentável frase: “O que é bom para os Estados Unidos é bom para o Brasil”. Alguns anos depois o grau de subserviência ficou escancarado quando organizações de resistência armada sequestraram o embaixador dos Estados Unidos e obrigaram o regime, no auge da repressão, a negociar com a guerrilha.

É verdade que durante o governo do general Geisel uma série de contradições entre o regime brasileiro e os Estados Unidos se fizeram, como por exemplo na questão do acordo nuclear com a República Federal Alemã. Mas seria enganoso supor que o Brasil tenha saído do sistema hegemônico liderado pelos Estados Unidos. Todavia o que se vê no governo Bolsonaro é um grau de subserviência patético, sendo sua política externa tão somente a de um soldado da estratégia global do governo Trump.

Outro aspecto que difere o bolsonarismo do fascismo histórico são as opções da política econômica, ainda que consideremos as relações ambíguas entre o liberalismo econômico e o fascismo italiano em seus primeiros anos. É preciso notar que tal questão está situada no âmbito da etapa histórica do capitalismo, pois enquanto no fascismo do entreguerras o pano de fundo era a crise do liberalismo, há quarenta anos podemos dizer que ingressamos na época neoliberal, como definiu o saudoso Carlos Nelson Coutinho.

E não é só o bolsonarismo um caso de extrema-direita neoliberal, pois o que pregam os cardeais do neoliberalismo como Mises, Hayek e Friedman pode ser com tranquilidade definido como extremismo. Mas no que se refere à extrema-direita nos tempos que correm há muito em sua maioria aderiu ao fundamentalismo de mercado.²² No caso de Trump, os principais movimentos que lhe dão apoio estão ou formalmente no campo do fascismo (ou especificamente do neonazismo) como são os casos da KuKluxKlan(formalmente neonazista desde os anos 1970) e da chamada AltRight (“Direita Alternativa”) capitaneada por Richard Spencer e Steve Bannon, esse último um personagem cuja ação encontra-se no plano internacional.

Mas não é possível caracterizar o governo Trump, e muito menos o regime político vigente nos Estados Unidos como fascista. É certo que muitos aspectos formais do regime democrático têm sido abandonados nos Estados Unidos, ao menos desde o

²² PROWE, Diethelm. ‘Classic’ Fascism and the New Radical Right in Western Europe: Comparisons and Contrasts. *Contemporary European History*, v.3, n.3, pp.289-313, novembro de 1994.

governo de George W. Bush após o 11 de setembro de 2001. Mas, seguindo as considerações de Giorgio Agamben podemos dizer que há na verdade uma zona de indecidibilidade entre as regras do estado de direito e do estado de exceção, o que, aliás, parece ser uma tendência global que marca a crise das democracias liberais.²³ A multiplicação de expedientes típicos de um estado de exceção no âmbito institucional dos Estados capitalistas onde existem regimes democráticos, desde as democracias mais antigas até aquelas mais recentes que os politólogos outrora consideraram consolidadas,²⁴ como é o caso do Brasil, passa por esse tipo de experiência.

Já na onda repressiva às Jornadas de Junho de 2013 os procedimentos de exceção se multiplicaram, ao passo que a crise do regime político implantado após a ditadura militar se intensificou nos últimos anos. O golpe de Estado com a derrubada do governo do PT foi só um capítulo. Ao contrário de uma superação no interesse das classes subalternas, uma onda conservadora de natureza avassaladora pontua o nosso processo político,²⁵ sendo a eleição de um candidato de extrema-direita com inúmeras características fascista uma afirmação desse sentido. Ao mesmo tempo, as pretensões autoritárias enunciadas pelos procuradores envolvidos na Operação Lava Jato também apontam para algo além do regime democrático, mesmo considerando a hipótese das democracias blindadas, de Felipe Demier.²⁶

Por fim, no que se refere às políticas do campo da educação, além dos drásticos cortes no orçamento, agora justificado legalmente com a aprovação da PEC 55, o Movimento Escola Sem Partido, constitutivo do bolsonarismo desde a origem,²⁷ desde a inspiração ideológica do histriônico “professor de filosofia” que recruta seus discípulos nas redes sociais, acreditamos, tal movimento tem notadas características fascistas. Em primeiro lugar, mobiliza-se a partir de uma reacionária teoria da conspiração de teor obscurantista e que visa constituir um movimento popular contra a escola pública e em favor do fundamentalismo religioso. Em segundo lugar por ter como método procedimentos que solapam o estado de direito, no que contam com a ajuda

²³ AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

²⁴ Cf. MONCLAIRE, Stéphane. Democracia, transição e consolidação: precisões sobre conceitos bestializados. *Revista de Sociologia e Política*, n.17, p.61-74, 2001. HOEVELER, Rejane C. Populismo e “desconsolidação” democrática. *Blog Junho*, 18 de março de 2017. Disponível em <https://bit.ly/2CaIEJC>

²⁵ DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane (org.). *A onda conservadora*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016.

²⁶ DEMIER, Felipe. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2017.

²⁷ Cf. PENNA, Fernando. O ódio aos professores. In. *A ideologia do movimento Escola Sem Partido*. São Paulo: Ação Educativa, 2016, p.93-100. MOURA, Fernanda Pereira de. *“Escola Sem Partido”: relações entre Estado, educação e religião e os impactos no ensino de História*. Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

fundamental das significativas parcelas fascistizadas do judiciário e a leniência do Supremo Tribunal Federal que pornograficamente adiou uma decisão que possa por fim a esse movimento que visa criminalizar os educadores brasileiros.

Quais serão as linhas gerais do regime que se anuncia? É angustiante pensar. Mas como recentemente alertaram as historiadoras Joana Salém e Rejane Hoeweler logo após a divulgação do resultado do segundo turno das eleições presidenciais de 2018: “A primeira vez que a América Latina viu uma união orgânica entre militares e Chicago Boys em um governo foi em 1973 no Chile, um capítulo da história mundial escrito com baldes de sangue. Aos brasileiros resta saber que situação essa perigosa associação ainda pode engendrar.”²⁸

²⁸ Algumas indicações importantes estão presentes no artigo HOEVELER, Rejane; SALÉM, Joana. Brasil, novo laboratório da extrema-direita. *Le Monde Diplomatique Brasil*, edição 136, 5 de novembro de 2018.